



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté-SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19hs

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0017514-54.1999.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Execução Fiscal - Dívida Ativa**
 Requerente: **Prefeitura Municipal de Ibaté**
 Requerido: **Severiano Pereira da Silva**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

Verificados os presentes autos, constata-se que estão sem efetivo andamento há mais de 05 (cinco) anos.

Diante da possibilidade de decretação da prescrição de ofício pelo Magistrado, nos termos do artigo 219, parágrafo 5º do Código de Processo Civil (com redação dada pela Lei nº 11.280/06), a Fazenda do Estado foi intimada para manifestação.

É o relatório. Decido.

A Fazenda Pública Municipal não tem promovido o efetivo andamento do processo, que está paralisado há mais de 05 (cinco) anos, tempo suficiente para reconhecimento da prescrição, segundo o estabelecido no artigo 174, do Código Tributário Nacional, c.c. o artigo 219, parágrafo 5º, do Código de Processo Civil. Bom observar que, fora das hipóteses previstas em lei, não está o Juízo obrigado a intimar o representante da Fazenda, sobretudo para dar andamento ao processo. Logo, não está a Administração isenta do ônus de acompanhar as ações que propõe. Vale dizer, deduzido seu pedido em juízo, não pode livrar-se da obrigação de dar impulso ao processo.

Ante o exposto, julgo extinta a presente execução, com resolução de mérito pela ocorrência da prescrição, nos termos do artigo 269, IV, do Código de Processo Civil e artigo 174, do Código Tributário Nacional, c.c. artigo 219, parágrafo 5º, do Código de Processo Civil.

Ficam levantadas eventuais penhoras, bem como, liberados desde logo os depositários.

P.R.I.C.

Ibaté, 11 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**